

**TERMO DE REFERÊNCIA****1. DO OBJETO**

1.1 Fornecimento de aparelho de ar-condicionado Split, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTD | VALOR UNITÁRIO (R\$) | VOLAR TOTAL (R\$) | LOCAL DE ENTREGA |
|------|---|-----|----------------------|-------------------|--|
| 01 | Fornecimento de aparelho de ar-condicionado Split, 18.000 BTU/h, Inverter, Gás refrigerante R-410A, Etiqueta Nacional de Classificação Energética Classe A, Indicação de temperatura na evaporadora, Tensão de alimentação de 220V, com controle remoto sem fio, serpentina de cobre, reguladores de velocidade de ventilação e função swing (oscilar), Garantia mínima (legal e contratual) de 12 meses. Localidade: Cuiabá - MT. | 02 | 2.728,60 | 5.457,20 | Superintendência Estadual Mato Grosso (SEMT/ABIN), no seguinte endereço: Avenida Miguel Sutil nº 2625, Edifício Jardim Cuiabá Office Flat , 18º Andar, Bairro Jardim Primavera, Cuiabá, Mato Grosso/MT CEP: 78043-305 |
| 02 | Fornecimento de aparelho de ar-condicionado Split, 18.000 BTU/h, Inverter, Gás refrigerante R-410A, Etiqueta Nacional de Classificação Energética Classe A, Indicação de temperatura na evaporadora, Tensão de alimentação de 220V, com controle remoto sem fio, serpentina de cobre, reguladores de velocidade de ventilação e função swing (oscilar), Garantia mínima (legal e contratual) de 12 meses. Localidade: Teresina - PI. | 08 | 2.728,60 | 21.828,80 | Superintendência Estadual Piauí (SEPI/ABIN), no seguinte endereço: Rua Senador Cândido Ferraz nº 1250, Edifício The Office Tower, 23º Andar, Sala 2307, Bairro Jôquei Clube, Zona Leste, Teresina/PI |
| 03 | Fornecimento de aparelho de ar-condicionado Split, 24.000 BTU/h, Inverter, Gás refrigerante R-410A, Etiqueta Nacional de Classificação Energética Classe A, Indicação de temperatura na evaporadora, Tensão de alimentação de 220V, com controle remoto sem fio, serpentina de cobre, reguladores de velocidade de ventilação e função swing (oscilar), Garantia mínima (legal e contratual) de 12 meses. Localidade: Macapá - AP. | 04 | 3.819,50 | 15.278,00 | Superintendência Estadual Amapá (SEAP/ABIN), no seguinte endereço: Avenida Iracema Carvão Nunes, 625 - Bairro Central - Macapá - AP CEP:68900-099 |

1.2 O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano contado do recebimento da nota de empenho ou da assinatura do Contrato, conforme o caso, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

1.3 Os aparelhos deverão ser novos, fornecidos na embalagem original do fabricante, da mesma marca e modelo.

1.4 Juntamente com a proposta, deverá ser entregue catálogo, laudo técnico ou instrumento similar do fabricante no qual conste todas as especificações apresentadas pelo fornecedor em sua proposta, a fim de comparar com as especificações requeridas.

1.6 Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal.

1.7 Só será admitida a entrega de aparelho de ar-condicionado que possua a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, na classe A, nos termos da Portaria INMETRO nº 007, de 04 de janeiro de 2011, que aprova a revisão dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Condicionadores de Ar e trata da etiquetagem compulsória para esses produtos.

1.8 Para o objeto a ser adquirido , conforme acima descrito (FTE - Categoria 4 - Indústria Mecânica; Código 4-1; Descrição: Fabricação de máquinas, aparelhos, peças, utensílios e acessórios com e sem tratamento térmico ou de superfície; a fabricação de aparelhos de ar condicionado para uso não-industrial), cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº. 6.938, de 1981.

2. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

2.1 Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto.

3. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

3.1 O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da nota de empenho ou da assinatura do Contrato, conforme o caso.

3.2 Os itens deverão ser entregues em remessa única.

3.3 Os bens objeto deste Termo de Referência: deverão ser entregues nos seguintes locais :

Item 01 – Na sede da Superintendência Estadual Mato Grosso (SEMT/ABIN), no seguinte endereço:

Avenida Miguel Sutil nº 2625, Edifício Jardim Cuiabá Office Flat , 18º Andar,
Bairro Jardim Primavera, Cuiabá, Mato Grosso/MT
CEP: 78043-305

Item 02 – Na sede da Superintendência Estadual Piauí (SEPI/ABIN), no seguinte endereço:

Rua Senador Cândido Ferraz nº 1250, Edifício The Office Tower, 23º Andar, Sala 2307.
Bairro Jôquei Clube - Zona Leste –
Teresina/PI

Item 03 – Na sede da Superintendência Estadual Amapá (SEAP/ABIN)

Avenida Iracema Carvão Nunes, 625 –
Bairro Central -Macapá - AP

CEP:68900-099

- 3.4 Após o recebimento dos materiais e conferência pela equipe de fiscalização, que ocorrerá em até 5 (cinco) dias corridos, estes poderão ser instalados.
- 3.5 Para cumprir o objeto contratual, a Contratada só poderá empregar produtos aprovados e homologados pelos órgãos oficiais competentes.
- 3.6 A Contratada é responsável por todo o transporte necessário à entrega dos objetos deste Termo de Referência.
- 3.7 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 3.8 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 3.9 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade do material, e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 3.10 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 3.11 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 3.12 Não há cronograma físico financeiro, pois os itens deverão ser entregues de uma só vez.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 A proposta deverá ser de VENDA e conter, no mínimo, os seguintes campos:

- Razão social da empresa;
- CNPJ;
- Endereço físico, endereço eletrônico e telefone;
- Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do quadro do subitem 1.1 deste Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia;
- Marca;
- Fabricante;
- Valor unitário e total do item, em moeda corrente (R\$), limitada a 02 (duas) casa decimais;
- o prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação;
- dados bancários para depósito;
- ser datada e assinada pelo representante legal da empresa;
- sem rasuras ou entrelinhas.

4.2 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, fretes, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens;

4.2.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1 São obrigações da Contratante:

- 5.1.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas;
- 5.1.2 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes, inclusive na proposta da contratada, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 5.1.3 comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 5.1.4 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 5.1.5 efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos.
- 5.1.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Contrato, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- 6.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal e termo de garantia, na qual constarão as indicações referentes a: **marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia**;
- 6.1.2 fornecer o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada.
- 6.1.3 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 6.1.4 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo máximo de 48h (quarenta e oito horas) corridas, o objeto com avarias ou defeitos, após notificação da contratante.
- 6.1.5 comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 6.1.6 manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 6.1.7 indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 6.2 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, juntamente com a Nota Fiscal, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. É vedada a subcontratação completa ou parcial da obrigação.

8. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DO PAGAMENTO

10.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.

10.1.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.2 Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal ou Fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.5 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.6 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.7 Previamente à emissão de nota de empenho e a realização do pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.8 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.9 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.10 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = (6/100)/365 \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) cometer fraude fiscal.

11.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I) Advertência por escrito, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante.

II Multa:

- a) moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15(quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- b) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

III Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

IV Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

V Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

11.3 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem "iv" também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

11.4 As sanções previstas nos subitens "i", "iii", "iv" e "v" poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

11.5 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- 11.5.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 11.5.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 11.5.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

11.7 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

11.8 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.9 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

11.10 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

11.11 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

11.12 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

12.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos.

12.2 Em função da baixa quantidade de itens a serem adquiridos, **não** serão exigidos critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Termo de Referência Aquisições – Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico
Aprovado pela Secretaria de Gestão.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão (versão dezembro/[2022](#))

Referência: Processo nº 00091.002132/2021-37

SEI nº 0971233

Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 1, - CEP 70610-905 - Brasília/DF -